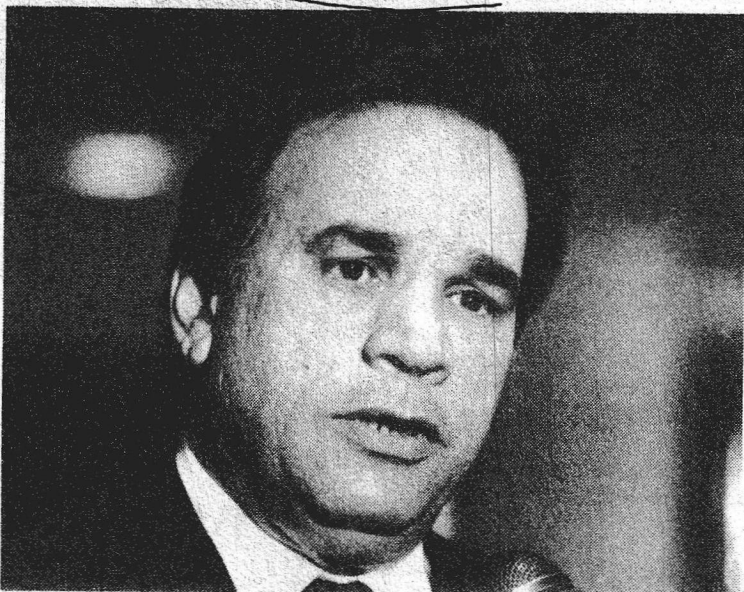


CDDPH prepara sua posse

7 DEZ 1985



Lyra dará posse ao novo conselho na próxima terça-feira

No próximo dia 10 de dezembro, enquanto todos os países signatários da "Declaração Universal dos Direitos Humanos" comemoram os trinta e sete anos de criação da carta, o ministro Fernando Lyra, da Justiça, dará posse aos novos membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que presidirá. Já no dia seguinte, 11, os conselheiros se reunirão para traçar as novas diretrizes do órgão, criado em março de 1964, 14 dias antes do golpe militar que derrubou o governo Goulart. A solenidade será na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro.

Embora tenha sido criado há vinte anos, o CDDPH atuou moderadamente durante os governos militares instalados pós-64. O ministro Fernando Lyra pretende agora mudar-lhe a feição e proporá aos seus novos membros a criação de três secretarias para atuar em várias vertentes da violação aos direitos da pessoa humana: violência e abuso de poder; discriminações à mulher, aos índios e racial; e fraudes eleitorais. As reuniões anteriormente secretas, serão públicas e seus membros terão mandato de 2 anos e devem, atualmente, lecionar em algumas das Faculdades Federais do País.

O atual regimento interno do CDDPH prevê seis reuniões anuais, mas a nova proposta para seu funcionamento dispõe sobre 11 sessões ordinárias, a serem realizadas na segunda quinzena de cada mês, a partir de fevereiro do próximo ano. Para dia 11, está prevista uma exposição sobre "Direitos Humanos: proposta da Ação Coordenada", sob a coordenação do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence; ao presidente da OAB, Hermann Baeta (ambos

membros do CDDPH); e do Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça, Joaquim Falcão.

Sepúlveda Pertence já designou procuradores da República em todos os Estados para atuarem especificamente na área de violação dos direitos da pessoa humana. A eles cabe receber e instruir representações denunciando lesões aos direitos humanos, pedir à Polícia Federal a apuração dos crimes e provocar medidas legais junto à Justiça local. Somente quando a questão não puder ser resolvida no âmbito estadual, será deslocada para a esfera federal, para as reuniões do CDDPH.

O Conselho será aberto a todo e qualquer cidadão que desejar denunciar ofensas aos seus direitos ou de terceiros. O órgão terá autonomia para promover inquéritos policiais e investigações quando julgar necessário. Integram o CDDPH o ministro Fernando Lyra, presidente; o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, vice-presidente; Antonio Carlos de Almeida Prado, secretário.

Da composição do Conselho fazem parte ainda o embaixador Bernardo Pericás, do Ministério das Relações Exteriores; Sepúlveda Pertence, do Ministério Público; professor Benjamim Albagli, presidente da Associação Brasileira de Educação; professor Geraldo Menezes, presidente do Conselho Federal de Cultura; Hermann Baeta, presidente da OAB; e os líderes do PMDB no Senado, Humberto Lucena; e na Câmara, deputado Pimenta da Veiga; do PDS no Senado, Murilo Badaró; e na Câmara, deputado Prisco Viana.

Durante a solenidade de posse serão eleitos dois membros. Um deles, catedrático em Direito Penal e outro, catedrático em Direito Constitucional.